



Seção de Legislação do Município de Estância Velha / RS

LEI MUNICIPAL Nº 2.456, DE 09/12/2019

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA VELHA PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Estância Velha/RS.

Faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município de Estância Velha, para o Exercício de 2020, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 173.514.408,00 (cento e setenta e três milhões quinhentos e quatorze mil quatrocentos e oito reais), sendo:

I - Orçamento fiscal em R\$ 139.908.408,00 (cento e trinta e nove milhões novecentos e oito mil quatrocentos e oito reais).

II - Orçamento da Seguridade Social em R\$ 33.606.000,00 (trinta e três milhões seiscentos e seis mil reais).

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do [§ 8º do artigo 165 da Constituição Federal](#), e na forma do que dispõem os artigos 7º, 40 a 43 da [Lei Federal nº 4.320/64](#), a:

I - abrir Crédito Suplementar para atender despesas relativas a aplicação ou transferência de receitas vinculadas e ou verbas Livres, código 0001, que excedam a previsão orçamentária correspondente até o limite recebido;

II - abrir Crédito Suplementar até o limite consignado sob a denominação de Reserva de Contingência, em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - abrir Crédito Suplementar com saldo de recursos não utilizados no exercício antecedente, até o limite do saldo bancário livre, apurados como superávit financeiro do exercício anterior;

IV - abrir Crédito Suplementar para remanejar dotações orçamentárias no mesmo projeto ou atividade, até o limite da dotação;

V - Abrir, durante o exercício, Crédito Suplementar até o limite de 8% (cinco por cento), da despesa total autorizada;

VII - realizar em qualquer mês do exercício, operações de crédito por antecipação de receita e oferecer garantias usuais necessárias, até o limite fixado na [Constituição Federal](#).

VIII - remanejar dotações orçamentárias, de recursos de convênios vinculados, de projetos ou atividades diversas, desde que integrantes do mesmo vínculo.

Parágrafo único. Excluem-se do limite fixado pelo inciso V deste artigo, os Créditos Adicionais Suplementares que decorram de leis municipais específicas aprovadas no curso do exercício, que tiverem como fontes os recursos provenientes de operações de crédito, transferências voluntárias e convênios a fundo perdidos, e a suplementação para os seguintes grupos de despesa: pessoal civil e encargos previdenciários e sociais, juros e encargos da dívida, amortização da dívida e sentenças e ordens judiciais, bem como as ações preconizadas pela [Lei Municipal nº 2.256](#) de 10 de agosto de 2017, e suas alterações que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, e pela [Lei Municipal 2.439](#), de 29 de agosto de 2019 que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o Exercício de 2020.

Art. 3º A abertura de Créditos Adicionais Suplementares referentes ao Orçamento dos Poderes Executivo e Legislativo obedecerá aos limites estabelecidos no artigo 2º, desta Lei, observado seu parágrafo único. E serão abertos por decreto.

Art. 4º Os Créditos Especiais e extraordinários, autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do Exercício Financeiro de 2019, ao serem reabertos, na forma do [§ 2º do artigo 167 da Constituição Federal](#), serão reclassificados em conformidade com as classificações adotadas na presente Lei.

Art. 5º Na execução orçamentária, a discriminação e o remanejamento de elementos em cada grupo de despesa dos projetos, atividades e operações especiais, independente de formalização específica, serão efetuados através de

registros contábeis.

Parágrafo único. A discriminação da despesa de que trata o *caput* deste artigo será feita em cada projeto, atividade ou operação especial, por fonte de recurso, categoria econômica e modalidade de aplicação, podendo a mesma ser alterada por inclusão de elemento, acréscimo ou redução de valores em grupo de despesa, constante da presente Lei.

Art. 6º As fontes de recursos aprovadas nesta Lei e em seus Créditos Adicionais, poderão ser modificadas pelos Poderes Legislativos e Executivos mediante ato próprio, visando ao atendimento das necessidades da execução dos programas, observando-se, em todo caso, as disponibilidades financeiras de cada fonte diferenciada de recurso.

Art. 7º Os valores monetários dos programas constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020 e da [Lei nº 2.256](#) de 10 de agosto de 2017 (Plano Plurianual 2018-2021) e suas alterações, ficam automaticamente ajustados aos valores correntes consignados nos Anexos desta Lei.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a promover por Decreto ou Detalhamento Contábil as Mudanças e os Ajustes necessários para atender as NBCASP- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, e, ao PCASP- Plano de Contabilidade Aplicado ao Setor Público regulamentados pela Portaria 437/2012 e suas atualizações.

Art. 9º Fazem parte do corpo desta Lei, os seguintes anexos:

- I - Anexo 1 - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as categorias econômicas;
- II - Anexo 2 - Resumo Geral da Receita;
- III - Anexo 2 - Natureza da Despesa;
- IV - Anexo 6 - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária;
- V - Anexo 9 - Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de janeiro de 2020.

Estância Velha/RS, em 09 de dezembro de 2019

*Maria Ivete de Godoy Grade
Prefeito Municipal*

Registre-se e Publique-se

*Marly Rosenhaim Arigony
Secretária da Administração e Segurança Pública Interina*

